

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Heber Participações S.A. - em Recuperação Judicial, de estrutura familiar com capital 100% nacional, constituída em 10 de outubro de 1996, tem sua sede localizada na cidade e no Estado de São Paulo, e tem como objetivo social a participação no capital de outras empresas, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, bem como, a administração de bens próprios.

2. Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela entidade em 14 de abril de 2026.

a) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

c) Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a apresentação e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa nº 8** – Partes relacionadas;
- **Nota Explicativa nº 10** – Vida útil de ativo imobilizado;
- **Nota Explicativa nº 11** – Vida útil de ativo intangível.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Investimentos em coligadas

i) Investimentos em coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20 e 50 por cento do poder votante de outra entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. Quando a participação da Companhia nos prejuízos de um grupo investido cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nesse grupo registrado por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo, é reduzido a zero, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

b) Transação em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

c) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando eles forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i – O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii – Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i – O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e
- ii – Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente aos pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do exercício correspondente. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável. Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em exercícios subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica “Receitas financeiras” (Vide Nota Explicativa nº 17).

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possam ser razoavelmente estimados.

Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for: (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios; (ii) mantido para negociação; ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior. Não aplicável para a Companhia.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

A Companhia não realiza teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio não é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

A Companhia não realiza testes em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas (despesas) operacionais no resultado.

i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil-econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	30 anos
Máquinas e equipamentos	13 anos
Móveis e utensílios	8 anos

Instalações	11 anos
Veículos	4 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	30 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e) Intangível

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis.

Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial (vide Nota Explicativa nº 3 (a) (i))

Mensuração subsequentes

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às companhias investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento não é alocada para nenhum ativo, incluindo o ágio, que faz parte do valor contábil das companhias investidas registradas por equivalência patrimonial.

Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear considerando as vidas úteis estimadas dos ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso.

f) Benefícios a empregados

i) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas no resultado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Receita operacional

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e variação cambial ativa. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto do valor presente das provisões e variação cambial passiva. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

4. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo.

Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber e outros recebíveis

O valor justo de contas a receber e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros. Devido ao curto prazo para realização dos recebíveis, a Companhia opta por não adotar taxas para cálculo do valor justo.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações contábeis.

5. Impostos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS	184	184
Cofins	497	497
CSLL	26	26
Adiantamento parcelamentos federais	844	844
Total	1.551	1.551

6. Adiantamento a fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos fornecedores nacionais	136.874	136.450
Adiantamentos de viagem	1	1
Total	136.875	136.451

Não é procedimento da Companhia constituir provisão para saldos sem movimentação de longa data.

7. Outros créditos

	31/12/2025	31/12/2024
Cauções a receber	20	20
Rema Participações Ltda.	8.790	8.790
Alambari Construções Ltda.	3.708	3.708
Imbrax indústria e Comércio Ltda.	8.890	8.890
Agropecuária São Francisco	7.000	7.000
Eletricidade Paraense	9.995	9.995
São Fernando Açúcar e Alcool Ltda.	97.086	97.086
Empate Participações	12.801	12.801
CEPEMAR Administração e Participações Ltda.	9.399	9.399
Outros valores a receber	16.721	16.722
Total	174.410	174.411
Ativo circulante	4.049	4.049
Ativo não circulante	170.361	170.362

8. Partes relacionadas

	Saldos em 31/12/2025		Saldos em 31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Aguas de Itu Gestão Empresarial S.A.	22.806	1.008	22.782	1.008
Ana Terezinha Bertin Sanches	5	-	5	-
Antônia Aparecida Bertin Beloto	6	-	5	-
Bertol Participações Ltda.	700	-	700	-
Berf Participações S/A	-	1.000	-	1.000
BSB Produtora Equip Prot Individual S.A.	12.107	-	12.107	-
Buriti Energia S/A	-	130.235	-	98.157
Cafeeira Bertin Ltda.	1	-	1	-
Cibe Investimentos e Participações S.A.	92.014	674	92.014	674
Cibe Participações e Empreendimentos	3.337	5.345	3.337	5.345
Cibe Saneamento e Participações S.A.	61	9.996	61	9.996
Comapi Agropecuária S/A	4.465	15.988	4.465	10.290
Compacto Participações S.A.	219.280	73.160	219.280	73.160
Consortio Caminhos do Sol	39	2.322	40	2.322
CONTERN Cosntruções e Comércio Ltda.	3.624	78.509	10.347	53.153
Criar Participações Ltda.	320	-	320	-
CSCL Assessoria Empresarial Ltda.	-	228	-	228
Curua Energia S/A	13	-	13	-
Davante Participações Ltda.	187.504	813.023	134.518	813.023
Disa Destilaria Itaunas S/A	5.570	-	5.571	-
Ecb Energia Ltda.	-	10.225	-	10.225
Ellobras Infr. e Part. Ltda.	205	4.217	205	4.217
Ellocin Br Part. e Cons.Empr.Ellobras S.A.	264	4.274	264	4.274
Esa Energia Ltda.	21	9.966	21	9.966
Evandro Miessi Mente	4	-	4	-
Fazenda Eldorado S/A	7.070	-	7.070	-
Gaia Energia e Participações S.A.	22	158.068	22	158.068

	Saldos em 31/12/2025		Saldos em 31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Giovani Prado Bertin	213	-	213	-
Gsmp S.A.	-	91	-	91
Gte - Grupo de Tecnologia de Engenharia	-	62.147	-	62.147
Haulimau Empreend. e Participações S/A	213	1.522	213	1.522
Hb Rental - Aluguel de Veículos Ltda.	5.228	-	5.228	-
Hbe Serviços de Engenharia Ltda.	46	-	46	-
Hbtec Serv. Tecn. Ltda.	12	9	12	9
Horizon Biomass As	5.055	-	5.055	-
Infinity Bio-Energy Brasil Particip S.A.	-	1.048	-	1.048
Infra Bertin Empreendimentos S.A.	1	8	1	
Joao Alberto Bertin Sanches	-	-	5	
Joao Bertin Filho	8	600	8	600
Juracy Frare Bertin	378	-	378	-
Laguna Energia S/A	188.899	26.505	188.899	26.505
Luciante Participações Ltda.	2.780	280	2.780	280
Macleny Distribuidora de Produtos de Beleza Ltda.	1	-	1	-
Mafe Energia e Participações S.A.	700	400	700	400
Maracanau Geradora de Energia S/A	7.389	-	7.389	-
MC2 Energia e Participações	299	-	299	-
Natalino Bertin	21	93.400	73	93.400
MERIDIONAL STR	-	7.000	-	7.000
Nestor Tadashi Bertin Suguitani	19	-	19	-
Nitreb Participações S.A.	7	31.721	7	31.721
Nte Participações S.A.	1	-	1	-
Orchidae Distribuição de Cosméticos Ltda.	-	4.431	-	4.431
Parallele Licenciamentos Ltda.	223	-	223	-
Piqui Energia Ltda.	-	26.827	-	26.827
Reinaldo Bertin	78	-	89	-
Reivo Participações S.A.	155	-	155	-
Renato Prado Bertin	171	-	171	-
Riober Participações Ltda.	83	60	83	60

	Saldos em 31/12/2025		Saldos em 31/12/2024	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Rubi Comercializadora de Energia Ltda.	6	136	6	136
Samara Bertin Suguitani Santello e Outro	10	-	10	-
Santana do Araguaia Energia As	1	1	1	1
Silmar Roberto Bertin	18	-	18	-
Star Energy Participações S.A.	461.676	114.189	461.676	114.189
Sou Participações S.A.	-	100	-	100
Tatiana Bertin Suguitani	4	-	4	-
Tinto Holding Ltda.	78.018	316.630	78.018	316.630
Urbanizadora Convivio Ltda.	4	-	4	-
Usina Navirai S/A - Açúcar e Alcool	1.660	180	1.660	180
Ute's MC2	80.813	-	80.813	-
Veneza Participações	-	75.027	-	75.027
Ventura Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	412	-	412
Vertis Participações Ltda.	882	26	882	26
Voster Participações Societárias S.A.	68	-	68	-
Outros	2	-	23	-
Total	1.387.814	2.080.980	1.341.617	2.017.848

9. Investimentos

A composição dos investimentos é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Em coligadas e controladas	15.043	15.043
Adiantamentos para futura aquisição de investimentos	221.545	227.721
Investimentos em imóveis	4.000	4.000
Total	240.588	246.764

Coligadas controladas

Investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
Star Energy Participações S.A.	219.955	226.131
GSMP S.A.	1.590	1.590
Total	221.545	227.721

Provisão de perdas em investimentos

	31/12/2025	31/12/2024
HBTEC Serviços de Tecnologia Ltda.	4	4
Cibe - Participações e Empreendimentos S.A.	464.007	296.916
Horizon Biomass S.A.	6.518	6.517
HBE Serviços de Engenharia Ltda.	8.418	8.418
HB Rental Machines Aluguel Veic. e Equip. Ltda.	24.593	24.489
Cibe - Saneamento e Participações S.A.	96.962	96.962
Compacto Participações S.A.	202.773	187.264
Laguna Energia S.A.	238.475	238.463
Total	1.041.750	859.033

Sendo a movimentação:

	GSMP S.A.	Cibe – Part. e Empreend. S.A.	Star Energy Participações S.A.
Saldo em 1º de janeiro de 2024	1.590	(162.456)	232.642
Saldo investimentos	1.590	-	232.642
Saldo provisão de perdas	-	162.456	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	(134.460)	(6.511)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.590	(296.916)	226.131
Saldo investimentos	1.590	-	226.131
Saldo provisão de perdas	-	296.916	-
Resultado da equivalência patrimonial	-	(167.091)	(6.176)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.590	(464.007)	219.955
Saldo investimentos	1.590	-	219.955
Saldo provisão de perdas	-	464.007	-

	Horizon Biomass S.A.	HBE Serviços de Engenharia Ltda.	Laguna Energia S.A.	HB Rental – Aluguel de Veículos Ltda.	HBTEC Serviços de Tec. Ltda.
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(6.516)	(8.418)	(238.451)	(24.395)	(4)
Saldo investimentos	-	-	-	-	-
Saldo provisão de perdas	6.516	8.418	238.451	24.395	4
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	(12)	(94)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(6.516)	(8.418)	(238.463)	(24.489)	(4)
Saldo investimentos	-	-	-	-	-
Saldo provisão de perdas	6.516	8.418	238.463	24.489	4
Resultado da equivalência patrimonial	(1)	-	(12)	(104)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(6.518)	(8.418)	(238.475)	(24.593)	(4)
Saldo investimentos	-	-	-	-	-
Saldo provisão de perdas	6.518	8.418	238.475	24.593	4

	Compacto Part. S.A.	Cibe Saneamento e Participações S/A	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	(129.324)	(96.962)	(432.294)
Saldo investimentos	-	-	234.232
Saldo provisão de perdas	129.324	96.962	666.526
Resultado da equivalência patrimonial	(57.940)	-	(199.018)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(187.264)	(96.962)	(631.312)
Saldo investimentos	-	-	227.721
Saldo provisão de perdas	187.264	96.962	859.033
Resultado da equivalência patrimonial	(15.509)	-	(188.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(202.773)	(96.962)	(820.205)
Saldo investimentos	-	-	221.545
Saldo provisão de perdas	202.773	96.962	1.041.750

10. Imobilizado

	Taxas anuais de depreciação	31/12/2025			31/12/2024
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios	2,0 a 3,0%	989	(529)	460	501
Móveis e utensílios	9,0 a 50,0%	15	(15)	-	-
Equipamentos de informática	7,0 a 25,0%	78	(71)	7	12
Total		1.082	(615)	467	513

11. Intangível

	31/12/2025	31/12/2024
Ágio de investimentos	115.213	115.213
Total	115.213	115.213

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	771.198	771.267
Adiantamento de clientes	24.498	24.497
Conta transitória	(703.450)	(703.373)
São Fernando Açúcar e Alcool	18.138	18.138
Outras contas a pagar	21.355	21.358
Total	131.739	131.887
Curto prazo	96.790	96.938
Longo prazo	34.949	34.949
Total	131.739	131.887

13. Empréstimos e financiamentos

Tipo	Modalidades	Taxa média de juros e comissões	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos	Capital de giro	12% ao Mês SSC	6.667	6.105
Empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% 5,4097% ao Ano CCC [*]	67.133	63.282
Empréstimos	Capital de giro	CDI a 100% 0,44% ao Mês	10.757	10.140
Total			84.557	79.527
Passivo circulante			84.557	79.527

14. Obrigações contingenciais (fiscais, sociais e trabalhistas)

A Companhia possui processos cíveis, em razão do curso normal das operações. A provisão de R\$ 13.742 (R\$ 13.742 em 31 de dezembro de 2024), é considerada, pela Administração, como suficiente para cobrir eventuais perdas:

15. Patrimônio Líquido

O capital social em 31 de dezembro de 2025 é R\$ 307.345.200, (mesmo valor em 31 de dezembro de 2024).

Reserva de capital – reserva legal

Calculada ao final de cada exercício social, no montante equivalente a 5% do lucro líquido, visando assegurar a integridade do capital social, limitada a 20% do capital social integralizado.

Dividendos propostos

Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício.

16. Despesas administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de pessoal	(274)	(280)
Despesas de aluguel	(106)	(114)
Despesas legais e tributárias	(175)	(25.385)
Depreciação e amortização	(46)	(46)
Serviços de terceiros	(15.497)	(8.288)
Viagens e estadias	(279)	(266)
Materiais/equipamentos/veículos	(7)	(6)
Outros	(49)	(80)
Total	(16.433)	(34.465)

17. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(9)	(1)
Juros s/ financiamentos	(5.030)	(4.787)
Juros passivos	(3)	(5)
Outros	-	(8)
Total	(5.042)	(4.801)
Receitas financeiras		
Juros ativos	-	183
Total	-	183
Financeiras líquidas	(5.042)	(4.618)

18. Imposto de renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda foi calculado considerando as atuais alíquotas e a Contribuição Social sobre o Lucro foi apurada, considerando-se a taxa de 9% do lucro antes do Imposto de Renda, todos ajustados nos termos da legislação vigente.

Os cálculos do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais por períodos e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

* * *